

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às 13:30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de maio/2018, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em maio/2018, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência maio/2018, descontadas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 12 de junho de 2018) e parcela nº 005 do parcelamento vigente (com vencimento em 12 de junho de 2018), autorizado pela Lei 1.070, de 12 de dezembro de 2017, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com o RPPS, que autorizou parcelar as competências patronais de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2017.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Silmara Porto Penariol e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Aparecido Zara e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Polisel, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início, tendo em vista os informes econômicos na EUROPA, conforme a estimativa final da agência Eurostat, o crescimento econômico da zona do euro no primeiro trimestre de 2018 foi de 0,4%, em relação ao trimestre anterior, três décimos a menos que no primeiro trimestre de 2017. Na base anual o crescimento foi de 2,5%. O resultado mais fraco deveu-se a redução do comércio, com queda das exportações. Já em abril, as vendas no varejo decepcionaram com a alta de apenas 0,1% frente a março, quando se previa um avanço de 0,6%. Na comparação anual as vendas subiram 1,7%. Quanto a inflação do consumidor, a alta de 1,9% na base anual, estimada para maio surpreendeu os analistas que esperavam uma alta de 1,6%. EUA Conforme a segunda estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no primeiro trimestre de 2018 subiu à taxa anual de 2,2%, mostrando desaceleração em relação ao trimestre anterior, com os gastos dos consumidores crescendo no ritmo mais fraco. Em relação à primeira estimativa, o crescimento diminuiu 0,1 ponto. Quanto ao mercado de trabalho, a criação de vagas de trabalho não agrícola em maio foi de 223 mil novos postos, quando a expectativa era de 190 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,9% em abril recuou para 3,8% em maio. Já os salários subiram 0,30% em relação ao mês anterior, acumulando alta de 2,7% em um ano. Em relação à taxa básica de juros, o FED

decidiu mantê-la no intervalo 1,5% e 1,75% ao ano, em reunião logo no início de maio, mas na ata a maioria dos seus membros disseram que um novo aumento da taxa deverá ser necessário, em breve. ÁSIA No Japão, o PIB do primeiro trimestre de 2018 teve contração anualizada de 0,60%, quando a expectativa era de um recuo de 0,4% e na Índia, o PIB do primeiro trimestre teve expansão anualizada de 7,7%. Já as bolsas internacionais tiveram em maio novamente um mês de altas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) avançou 1,36% no mês, a inglesa subiu (FTSE 100) 2,40%, a do Japão (Nikkei 225) caiu 2,00%, e a americana (S&P 500) subiu 2,87%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês de maio 3,22%. NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA A economia brasileira cresceu 0,4% no primeiro trimestre de 2018, na comparação com o trimestre anterior. O setor agropecuário cresceu 1,4%, o industrial e o de serviços 0,1%. Tanto o consumo das famílias, quanto os investimentos, também apresentaram evolução. Já a taxa de desemprego, que era de 13,1% no trimestre encerrado em março, recuou para 12,9% no trimestre encerrado em abril, com 13,4 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.182,00 no final do trimestre. SETOR PÚBLICO Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 2,9 bilhões em abril. Em doze meses o déficit primário foi de R\$ 118,4 bilhões. As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 380,9 bilhões (5,73% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 499,3 bilhões (7,51% do PIB) no mesmo período. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em março R\$ 5,04 trilhões (75,9% do PIB). INFLAÇÃO O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu em maio 0,40%, depois da alta de 0,22% em abril. Em doze meses, a alta acumulada foi de 2,86% e no ano de 1,33%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,43% em maio e acumulou alta de 1,76% em doze meses e de 1,12% no ano. JUROS Em sua reunião no final de maio, o Copom surpreendeu o mercado e após 12 cortes seguidos, com o cenário externo pior, **manteve a taxa Selic em 6,50%**, sendo que dias antes o presidente do Banco Central havia sugerido um novo corte de 0,25 pp. Na ata da reunião, voltou a ser enfatizado que a aprovação de reformas é fundamental para sustentar a inflação baixa. Principalmente as de natureza fiscal. CÂMBIO E SETOR EXTERNO A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de maio cotada em R\$ 3,74, com uma valorização de 7,46% no mês. Em abril, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$620 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 8,9 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 2,6 bilhões em abril e acumularam US\$ 61,7 bilhões em doze meses. A Balança Comercial, por sua vez, teve em maio de 2018 um superávit de US\$ 5,98 bilhões, o que elevou o resultado no ano para US\$ 26,15 bilhões. RENDA FIXA Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de março acabou sendo o CDI com alta de 0,52%, seguido do IRF-M1 com alta de 0,20%. RENDA VARIÁVEL Para o Ibovespa, a variação no mês foi de -10,87%, acumulando no ano alta de apenas 0,46% e em doze meses de 22,39%. O

índice encerrou abril em 76.753 pontos. Maio também apresentou a maior saída líquida de investidores estrangeiros desde 2004, quando o indicador passou a ser rastreado. Um total de R\$ 8,43 bilhões deixou o país. PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL Junho é um mês em que os dois maiores bancos centrais do mundo estarão promovendo reuniões para deliberar sobre a evolução de suas políticas monetárias. Enquanto o Banco Central Europeu tende a manter inalterada a taxa básica de juros, por conta da inflação da região ainda abaixo da meta, o FED deverá elevar em 0,25 pp a taxa básica americana, para o intervalo entre 1,75% e 2% ao ano. Mais do que o movimento de elevação da taxa, o mercado estará atento ao comunicado pós-reunião que poderá dar indícios dos próximos movimentos. Se em consequência a taxa de juros de 10 anos voltarem a romper o patamar de 3%, o dólar irá se valorizar em novo patamar perante as demais moedas e os juros, mundo a fora subirá. MERCADO NACIONAL Depois das intensas turbulências vividas pelo mercado local, em decorrência do cenário externo e da greve dos caminhoneiros no Brasil, o mês de junho nos reserva uma nova reunião do Copom, em que a taxa Selic deverá ser novamente mantida, apesar das novas coletas de preços indicarem inflação ascendente. Paralelamente, o agravamento da recuperação econômica deverá acentuar as nossas dificuldades fiscais e junto com o processo eleitoral aumentar os temores no mercado financeiro. Maior volatilidade à frente. Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, diante dos últimos acontecimentos que terão forte impacto no lado fiscal do setor público consolidado passa-se a não mais recomendar exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total, nem por conta de diversificação. Continuamos a considerar de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a maior atenção. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's aumentamos a alocação sugerida de 20%, para 35%. Lembrando que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passou a ser de 40%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. Quanto à renda variável, a recomendação é uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais supre a meta atuarial. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo,

conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de maio/2018** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em maio de 2018, onde se verificou que a carteira de investimentos está devidamente enquadrada, nos termos da Resolução nº 3.922/2010, de 25 de novembro de 2010**, expedida pelo Banco Central do Brasil, alterada pela Resolução 4.604, de 19 de outubro de 2017. Sendo o Relatório avaliado foi aprovado. Seguindo foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência maio/2018 (cujo vencimento se dará em 12 de junho de 2018), descontas as despesas administrativas e parcela nº 005 do parcelamento autorizado pela Lei 1.070, de 12 de dezembro de 2017, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com o RPPS, que autorizou parcelar as competências patronais de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2017 (cujo vencimento se dará em 12 junho de 2018). Considerando que estamos acompanhando a carteira de investimentos e que estamos ajustando a carteira de investimentos à Política de Investimentos ficou decidido por unanimidade aplicar o valores no fundo **SANTANDER IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA**, tendo-se em vista o prêmio ainda existente para ganho no médio prazo, bem como a ferramenta de comparativo de fundos existente na plataforma online da Crédito e Mercado, a qual sinaliza o fundo acima referido com boa rentabilidade entre as instituições credenciadas. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que a próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 11 de julho de 2018, às 13h30min**. Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes. Santa Albertina, 11 de junho de 2018.

#### **COMITÊ DE INVESTIMENTOS:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

#### **CONSELHO DELIBERATIVO:**

Ellen Sandra Ruza Polisel: \_\_\_\_\_

Osmar Games Martins: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Carlos César de Oliveira: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

**CONSELHO FISCAL:**

Sônia Aparecida Fiorilli: \_\_\_\_\_

Isvaldir Lopes Veigas: \_\_\_\_\_

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: \_\_\_\_\_

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Aparecido Zara: \_\_\_\_\_

Célia Maria Bassi: \_\_\_\_\_